

Dos púlpitos às plataformas: uma expressão do neocalvinismo como religião pública na era digital

From Pulpits to Platforms: an expression of Neo-Calvinism as a public religion in the digital age

Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa^{1*}

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4661-2358>
E-mail: sergiokita@gmail.com

Recepção: 19.03.2026

Aprovação: 02.05.2026



Resumo: Este artigo investiga a configuração de uma expressão do neocalvinismo brasileiro em uma forma de religião pública através das mídias digitais, tomando como estudo de caso a atuação do pastor e teólogo Franklin Ferreira. A pesquisa analisa como a teologia reformada, ao articular fé e racionalidade no espaço digital, legitima o conservadorismo evangélico na esfera pública contemporânea. Demonstra-se que o púlpito tradicional foi reconfigurado como plataforma digital de influência política, cultural e moral. A análise, fundamentada em sociologia da religião, teoria da comunicação e teoria política, revela que o neocalvinismo não se limita à evangelização individual, mas busca reformar a cultura ao propor uma racionalidade pública de caráter religioso. Os resultados indicam que, na era das mídias, a religião se reinventa como discurso público, convertendo autoridade eclesial em influência comunicacional.

Palavras-chave: Neocalvinismo; Religião Pública; Mídias Digitais; Conservadorismo Evangélico; Franklin Ferreira.

Abstract: This article examines the emergence of a form of Brazilian Neo-Calvinism as a form of

^{1*} Doutor em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Diretor do Seminário Teológico Presbiteriano Rev. Ashbel Green Simonton. (Ph.D. in Social History from the State University of Rio de Janeiro. Director of the Rev. Ashbel Green Simonton Presbyterian Theological Seminary.)

public religion through digital media, using the work of pastor and theologian Franklin Ferreira as a case study. The research analyzes how Reformed theology, by articulating faith and rationality in the digital space, legitimizes Evangelical conservatism in the contemporary public sphere. It demonstrates that the traditional pulpit has been reconfigured as a digital platform for political, cultural, and moral influence. The analysis, grounded in the sociology of religion, communication theory, and political theory, reveals that Neo-Calvinism is not limited to individual evangelism but seeks to reform culture by proposing a public rationality of a religious nature. The results indicate that, in the media age, religion reinvents itself as public discourse, converting ecclesiastical authority into communicational influence.

Keywords: Neo-Calvinism; Public Religion; Digital Media; Evangelical Conservatism; Franklin Ferreira.

INTRODUÇÃO: O DESLOCAMENTO DO SAGRADO

A expressão “dos púlpitos às plataformas” sintetiza uma transformação nas formas de presença pública do protestantismo brasileiro nas primeiras décadas do século XXI. Mais do que uma mudança de suporte tecnológico, essa passagem indica uma reconfiguração das formas de autoridade religiosa, das estratégias de comunicação da fé e do alcance social do discurso teológico. Se, durante grande parte do século XX, o púlpito foi o principal espaço de produção e circulação da autoridade pastoral, a expansão das mídias digitais inaugurou arenas de visibilidade e disputa simbólica, nas quais líderes religiosos passaram a atuar como formadores de opinião e mediadores culturais em sentido amplo.

Esse processo ocorre em um contexto mais amplo de midiatisação da religião, fenômeno que transformou a relação entre instituições religiosas, mídia e esfera pública (Cunha, 2019b; Gasparetto, 2009). No caso brasileiro, a literatura sociológica frequentemente associou essa dinâmica ao pentecostalismo e ao televangelismo, cuja expansão esteve ligada ao uso intensivo primeiramente do rádio e depois da televisão para fins evangelísticos e institucionais. Contudo, nas últimas décadas, um segmento distinto no campo evangélico passou a ocupar progressivamente o espaço digital: o neocalvinismo. Trata-se de uma vertente teológica que combina herança reformada clássica, produção intelectual e engajamento cultural, apresentando-se como uma alternativa racionalizada ao discurso espiritualizado e, por vezes, estigmatizado do pentecostalismo. Essa racionalização é o que lhe confere um potencial legitimador específico no universo evangélico contemporâneo.

O presente artigo deriva da minha pesquisa de doutorado, intitulada “*Da porta da Igreja à tela do smartphone: os reformadores da Era Digital*”,² e se propõe a demonstrar a transposição do neocalvinismo brasileiro para a esfera pública digital e sua configuração como uma forma de religião pública (Casanova, 1994). A hipótese central é a de que determinadas expressões do neocalvinismo brasileiro da atualidade, ao articularem fé e racionalidade em linguagem acessível ao debate público, têm contribuído para produzir legitimidade discursiva para setores do conservadorismo evangélico no Brasil contemporâneo. Essa contribuição não se apresenta como mera retórica religiosa, mas como uma cosmovisão sistematizada, apresentada com apelo intelectual e capacidade de intervenção cultural. Nesse processo, as mídias digitais desempenham papel decisivo ao ampliar o alcance da autoridade teológica para além dos limites institucionais da igreja local.

Para examinar essa dinâmica, o foco recai na atuação digital do teólogo e pastor Franklin Ferreira (Ferreira, 2016), cuja presença nas redes sociais, produção bibliográfica e inserção em redes institucionais conservadoras o tornam um caso particularmente revelador. Ferreira atua simultaneamente como líder religioso, intelectual público e articulador de iniciativas voltadas à formação e disseminação de uma cosmovisão cristã reformada aplicada à política, ao direito e à cultura. Sua atuação exemplifica o surgimento de um novo perfil de liderança religiosa no contexto digital: o do pastor-intelectual capaz de transitar entre a reflexão teológica, o comentário político e a formação de públicos nas plataformas digitais.

Mobiliza-se o conceito de religião pública (Casanova, 1994) e as reflexões sobre midiaticização da religião (Cunha, 2019b, 2020; Gasparetto, 2009) e tradução do discurso religioso no debate pós-secular (Habermas, 2013) para analisar o fenômeno: a atuação do neocalvinismo como força de intervenção cultural e política na esfera pública brasileira, configurando uma religião pública midiaticizada (Casanova, 1994; Montero, 2012). Essa tradição busca reformar a cultura mediante a difusão de uma cosmovisão cristã reformada em linguagem racionalizada, convertendo a autoridade eclesiástica tradicional em legitimidade discursiva e ampliando a influência do líder religioso para além da comunidade de fé.

²A expressão “da porta da Igreja à tela do smartphone” descreve a trajetória espacial e midiática do neocalvinismo brasileiro: o deslocamento de uma autoridade religiosa exercida nos limites da comunidade eclesiástica local para uma influência que se projeta nas plataformas digitais, alcançando públicos amplos e heterogêneos para além dos muros institucionais da denominação. Já a expressão “os reformadores da Era Digital” recupera a autocompreensão dos próprios agentes analisados: herdeiros da tradição reformada calvinista, eles se entendem como continuadores de uma missão histórica de transformação cultural e institucional, agora reconfigurada para o ambiente digital.

Ao analisar esse deslocamento do púlpito para as plataformas digitais, o artigo pretende contribuir para a compreensão de um fenômeno mais amplo: a reconfiguração das relações entre religião, política e comunicação no Brasil contemporâneo. Em um cenário marcado pela crescente presença evangélica no debate público e pela intensificação das disputas ideológicas nas redes sociais, compreender os mecanismos pelos quais a fé é traduzida, legitimada e difundida no espaço digital torna-se essencial para analisar as transformações recentes do campo religioso e político brasileiro.

UMA NOVA ESTRATÉGIA DE POSICIONAMENTO NO CAMPO EVANGÉLICO

A configuração contemporânea do campo evangélico brasileiro não pode ser compreendida apenas a partir da tradicional distinção entre protestantismo histórico e pentecostalismo (Mafra, 2001). Ao longo das últimas duas décadas, observa-se a consolidação de uma corrente intelectual e teológica que se apresenta como alternativa a essa polarização: o neocalvinismo. Inspirado na tradição reformada holandesa associada ao pensamento de Abraham Kuyper³, esse movimento propõe uma rearticulação entre fé cristã, cultura e vida pública que tem encontrado crescente ressonância entre setores específicos do evangelicalismo brasileiro, sobretudo entre jovens adultos urbanos com acesso ao ensino superior e inseridos em segmentos da classe média escolarizada.

Historicamente, o protestantismo no Brasil estruturou-se em dois grandes polos (Mafra, 2001; Cunha, 2020). De um lado, o protestantismo histórico, representado por denominações oriundas das missões norte-americanas do século XIX — como presbiterianos, batistas e metodistas —, caracterizado por institucionalização denominacional, liturgias mais formais e forte ênfase educacional. De outro lado, o pentecostalismo, cuja expansão ao longo do século XX transformou profundamente o panorama religioso do país, introduzindo práticas marcadas pela experiência carismática, pela centralidade do milagre e por formas mais emocionalmente intensas de culto. Durante décadas, essa divisão funcionou como eixo organizador das interpretações sociológicas sobre o campo evangélico.

Transformações recentes indicam, contudo, o surgimento de uma terceira configuração discursiva (Kitagawa, 2022). Importa, nesse ponto, precisar o uso do termo “neocalvinismo” adotado neste artigo. O calvinismo clássico, herdeiro

³Pastor da igreja reformada holandesa, jornalista, escritor e político, ocupando o cargo de primeiro-ministro holandês entre 1901 e 1905. Dentre seus legados, está a Universidade Livre de Amsterdã.

da teologia de João Calvino (século XVI), constitui o horizonte histórico mais amplo. O neocalvinismo holandês, sistematizado por Abraham Kuyper, Hermann Bavinck⁴ e Herman Dooyeweerd⁵ na virada do século XIX para o XX, distingue-se por sua proposta de engajamento cultural ativo e pela doutrina da soberania das esferas (Ramlow, 2012; Vianna, 2010). Sua recepção norte-americana produziu variantes distintas — o reformacionalismo de Francis Schaeffer e o reconstrucionismo de Gary North —, com progressiva radicalização política em relação ao original holandês (Kitagawa, 2022). Distingue-se ainda o novo calvinismo (New Calvinism), surgido nos EUA no início do século XXI (John Piper, Tim Keller, Mark Driscoll), que, embora compartilhe a ênfase na soberania divina e nas doutrinas reformadas clássicas, concentra-se prioritariamente na renovação da piedade pessoal e eclesiástica, sem necessariamente desenvolver uma teoria política de engajamento cultural abrangente como a do neocalvinismo kuyperiano (Hansen, 2009).

O presente artigo trata do neocalvinismo no sentido kuyperiano, tal como recebido e reinterpretado no contexto evangélico brasileiro contemporâneo. Para fins deste artigo, o termo designa especificamente a tradição intelectual e teológica que, fundamentada na doutrina da soberania das esferas, defende a participação ativa do cristão em todas as dimensões da vida pública (política, jurídica, cultural, educacional) a partir de uma cosmovisão sistematizada de base reformada, e que no Brasil contemporâneo articula-se em torno de uma rede de atores e instituições de caráter transdenominacional. Importa sublinhar que essa tradição não se confunde com o conservadorismo político: a afinidade entre ambos é histórica, contextual e não essencial, pois resulta de um processo de atração recíproca identificável no corpus analisado e não de uma funcionalidade estrutural constitutiva. O neocalvinismo, na expressão representada por Ferreira e pela rede institucional analisada, não se define primordialmente por uma denominação específica, mas por essa matriz intelectual compartilhada, articulada em torno de instituições teológicas, editoras, centros de formação e, sobretudo, redes digitais de produção de conteúdo. Diferentemente do pentecostalismo midiático, frequentemente associado ao televangelismo e à teologia da prosperidade, essa corrente enfatiza a intelectualização da fé e a construção de uma visão sistemática de

⁴ Hermann Bavinck, responsável pela sistematização teológica do movimento, articulou a doutrina da graça comum de forma a conferir ao neocalvinismo sua base dogmática para o engajamento cultural (Bavinck, 2006; Ramlow, 2012).

⁵ Herman Dooyeweerd, por sua vez, desenvolveu a 'filosofia reformada' a partir dos pressupostos kuyperianos, oferecendo ao movimento um sistema filosófico rigoroso que fundamenta a crítica à pretensa neutralidade do pensamento secular (Dooyeweerd, 1984; Vianna, 2010; Reichow, 2014).

mundo fundamentada na tradição reformada, apresentando-se como alternativa racionalizada e fundamentada epistemologicamente dentro do campo evangélico.

O núcleo conceitual dessa proposta encontra-se na doutrina kuyperiana da “soberania das esferas”, segundo a qual todas as dimensões da vida social (política, economia, ciência, arte, educação, direito etc.) constituem esferas relativamente autônomas, mas igualmente submetidas à soberania divina (Kuyper, 2003; Vianna, 2010). O próprio Kuyper (2003, p. 9) caracterizou essa proposta como “o calvinismo que, como uma ampla corrente de vida, originou-se numa primavera distante, e que ainda hoje continua fluindo e provendo nossa terra sedenta”, com aspiração de influência abrangente sobre toda a cultura. Essa formulação rompe com leituras dualistas que separam rigidamente o domínio religioso do domínio secular, e reage diretamente à tentativa moderna de relegar a religião à esfera do privado (Casanova, 1994). Para o neocalvinismo, a fé cristã não se restringe à experiência individual ou à prática litúrgica; ela fornece os fundamentos normativos para uma cosmovisão abrangente, capaz de orientar a atuação cristã em todas as dimensões da vida social.

Essa perspectiva tem implicações decisivas no contexto brasileiro contemporâneo. Ao contrário de setores do evangelicalismo tradicional que privilegiaram a separação entre igreja e política, o neocalvinismo enfatiza a necessidade de engajamento cultural e institucional (Ferreira, 2016). A transformação da sociedade passa a ser concebida como tarefa teológica: cristãos são chamados a atuar nas diferentes esferas sociais, quer seja em universidades, produção cultural, instituições jurídicas, mídia e política, e devem nessa atuação buscar influenciar as estruturas que organizam a vida pública. Nesse sentido, os evangélicos neocalvinistas se autocompreendem como agentes de uma reforma que não se restringe ao ambiente eclesiástico, mas que pretende alcançar toda a realidade social.

Um dos elementos centrais para a difusão dessa matriz no Brasil tem sido o uso estratégico das plataformas digitais (Cunha, 2019a). Podcasts, canais de YouTube, cursos online e editoras especializadas formam um ecossistema de produção intelectual que traduz e populariza autores da tradição reformada contemporânea. Nesse ambiente, a linguagem teológica é frequentemente combinada com referências filosóficas, sociológicas e jurídicas, produzindo um discurso que reivindica densidade teórica e aparência de rigor acadêmico. A fé é apresentada menos como experiência emocional e mais como sistema coerente de interpretação da realidade, funcionando, no caso analisado, como importante mecanismo de legitimação discursiva de posições conservadoras no espaço público.

Ao traduzir posições morais tradicionais em linguagem conceitualizada, mobilizando categorias como lei natural, ordem criada ou antropologia cristã, o neocalvinismo confere legitimidade intelectual a discursos que, em outros contextos religiosos, aparecem sobretudo na forma de exortação pastoral ou de retórica moralista. A noção de “cosmovisão cristã”, frequentemente acionada nesses espaços, opera como dispositivo que transforma convicções religiosas em interpretações abrangentes da ordem social, com afinidades eletivas evidentes com o conservadorismo político, econômico e moral contemporâneo (Löwy, 2011).

A emergência dessa nova estratégia de posicionamento no campo evangélico não implica o desaparecimento das matrizes anteriores do evangelicalismo brasileiro. O pentecostalismo continua sendo o principal vetor de crescimento demográfico do campo evangélico, enquanto o protestantismo histórico mantém redes institucionais consolidadas (Mafra, 2001; Cunha, 2020). O que o neocalvinismo introduz é uma nova gramática discursiva que permite a determinados setores evangélicos apresentarem-se simultaneamente como ortodoxos em termos doutrinários e sofisticados em termos intelectuais, posicionando-se como alternativa tanto ao liberalismo teológico quanto ao anti-intelectualismo frequentemente associado ao pentecostalismo (Berger, 2017).

Compreender a emergência desse movimento é o objetivo da presente análise. Mais do que uma corrente teológica, o neocalvinismo brasileiro contemporâneo pode operar como dispositivo de produção de legitimidade cultural, capaz de fornecer linguagem, argumentos e referências intelectuais para a atuação pública de uma nova geração de atores evangélicos (Burity, 2018; Camurça, 2020). É nesse contexto que se insere a atuação de figuras como Franklin Ferreira, cuja presença nas redes digitais exemplifica a tradução prática dessa matriz teológica em forma de produção discursiva voltada ao debate público.

Justifica-se o recorte no neocalvinismo por cinco razões articuladas na tese que deu origem a este artigo (Kitagawa, 2022). Primeiro, porque a dinâmica da religiosidade moderna (mobilidade, dispersão de crenças, bricolagem) transcende estruturas denominacionais, ensejando análises que sigam correntes teológicas para além de filiações eclesiais. Segundo, porque há indicativos de influência calvinista entre os pentecostais, quando não migração denominacional, o que amplia o alcance da teologia reformada para além do protestantismo histórico. Terceiro, porque, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), dois dos três pastores nomeados no primeiro escalão eram calvinistas, evidenciando sua presença estratégica no poder executivo (Milton Ribeiro, ministro da Educação e André Mendonça, ministro da Justiça). Quarto, porque outros evangélicos cal-

vinistas ocuparam cargos na estrutura governamental, revelando uma rede de articulação institucional (Sérgio Queiroz e Guilherme de Carvalho em posições no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e Benedito Aguiar, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES). Quinto, porque a teologia neocalvinista fundamenta doutrinarmente alianças com outros evangélicos e mesmo com segmentos não religiosos quando há convergência em pautas conservadoras. Desse modo, o estudo do neocalvinismo permite compreender um dos vetores mais articulados e intelectualmente fundamentados do conservadorismo evangélico contemporâneo na esfera pública digital.

Importa ressaltar, contudo, que o campo reformado brasileiro contemporâneo é internamente heterogêneo, comportando apropriações distintas — e por vezes divergentes — do legado neocalvinista, inclusive quanto às relações entre cristianismo, esfera pública e conservadorismo político. O presente estudo concentra-se especificamente na expressão discursiva representada pelo caso analisado.

METODOLOGIA

Para investigar empiricamente a articulação entre neocalvinismo, produção intelectual evangélica e conservadorismo político no Brasil contemporâneo, a metodologia adotada foi a de reconstrução de um processo social por meio de estudo de caso. Essa estratégia é particularmente adequada quando o objetivo consiste em compreender processos complexos inseridos em contextos socioculturais específicos, nos quais as fronteiras entre fenômeno e contexto não são claramente delimitadas (Amaral, Natal & Viana, 2008).

O estudo de caso permite examinar de forma aprofundada um objeto empírico singular, buscando identificar mecanismos, práticas discursivas e relações institucionais que dificilmente seriam captados por abordagens quantitativas ou por análises de larga escala. Importa sublinhar que o caso analisado não foi escolhido com o objetivo de biografar o personagem, mas de perceber sua condição de sujeito histórico engajado em expor sua teologia na esfera pública, o que o torna unidade analítica privilegiada para identificar mecanismos discursivos e institucionais potencialmente presentes em setores do campo evangélico brasileiro.

A escolha do caso recai sobre o teólogo batista Franklin Ferreira, cuja atuação intelectual e institucional ocupa posição estratégica na difusão da teologia reformada no Brasil contemporâneo. Pastor, professor, diretor de um Seminário Teológico Interdenominacional e autor prolífico, Ferreira desempenha pa-

pel relevante na tradução e circulação de referências do neocalvinismo no contexto evangélico brasileiro, articulando teologia sistemática, crítica cultural e reflexão político-religiosa (Ferreira, 2016).

A escolha desse personagem não foi arbitrária: seu livro *Contra a Idolatria do Estado* foi recomendado publicamente pelo então candidato à presidência Jair Bolsonaro e pelo líder do MBL Kim Kataguirí⁶. O que importa aqui não é a eventual influência direta da obra sobre as convicções dos políticos — hipótese que este estudo não examina —, mas o ato simbólico: um candidato conservador à presidência da república recomendar uma obra de teologia política calvinista constitui, por si só, um dado relevante sobre as afinidades eletivas entre o campo político conservador e a produção intelectual neocalvinista. As fotos veiculadas em redes sociais com os dois políticos indicando o livro de Ferreira foram o ponto de partida para investigar seu posicionamento e sua militância digital e a relação destes com suas concepções teológicas.

A atuação do pastor Franklin Ferreira se estende por múltiplas instituições conservadoras e suas páginas no Facebook (mais de 170 mil seguidores em março de 2026) e Instagram (mais de 190 mil seguidores em março de 2026) constituem espaço privilegiado de ativismo digital evangélico. Ele também possui vídeos de palestras e entrevistas no YouTube e é colunista de um jornal conservador digital, o *Gazeta do Povo*. Do ponto de vista metodológico, além de sua relevância pública, Ferreira reúne condições que o tornam um caso analiticamente privilegiado: é um dos poucos teólogos brasileiros que escreve sistematicamente para o público não acadêmico sobre neocalvinismo e suas implicações para a vida pública; sua atuação abrange simultaneamente as três dimensões analisadas nesta pesquisa (discurso digital, produção bibliográfica e redes institucionais); e funciona como elo articulador entre diferentes iniciativas conservadoras, o que o torna, como afirma a pesquisa que fundamenta este artigo (Kitagawa, 2022), um “símbolo e ponto referencial de observação de uma realidade mais ampla”. Ao me referir à atuação de Ferreira, refiro-me, em primeira e última análise, à presença da escola de pensamento que ele representa — o que não equivale a reduzir o neocalvinismo brasileiro a um único ator, mas a identificar nele um arquétipo analiticamente operacional.

⁶ Jair Bolsonaro, militar reformado filiado ao Partido Liberal (PL), foi eleito presidente da República em outubro de 2018 com 55,13% dos votos válidos, governou o Brasil de janeiro de 2019 a dezembro de 2022 e foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva. Kim Kataguirí, cofundador do Movimento Brasil Livre (MBL) e deputado federal eleito em 2018 pelo estado de São Paulo, foi figura central nas mobilizações que contribuíram para o impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

A pesquisa, de caráter qualitativo, concentrou-se na explicação da dinâmica das relações estabelecidas entre os evangélicos neocalvinistas e o conservadorismo político, econômico, social e moral, sem recorrer à quantificação numérica como objetivo central. As fontes são classificadas como documentos primários digitais exclusivos — aqueles que não possuem outro suporte além do digital (F. C. Almeida, 2011) —, o que inclui postagens em redes sociais, artigos em portal de notícias, vídeos em plataforma de streaming e cursos online.

A análise articula três conjuntos de fontes de modo triangulado: o discurso digital (Facebook, YouTube, Gazeta do Povo) fornece o material empírico primário; a produção bibliográfica (*Contra a Idolatria do Estado*) permite identificar a estrutura argumentativa sistematizada; e o mapeamento das redes institucionais (Coalizão, IBDR, ANAJURE, Burke) evidencia como o discurso individual se insere em circuitos de produção e circulação mais amplos. Esses três níveis não foram tratados como camadas independentes, mas como dimensões mutuamente validantes: convergências entre eles foram tomadas como evidência de padrões estruturais; divergências foram explicitamente anotadas e interpretadas como indicadores de tensões internas ao próprio campo neocalvinista. O critério transversal de seleção e análise do material foi a presença das quatro linhas de força do discurso conservador brasileiro identificadas por R. de Almeida (2019): economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante.

O primeiro conjunto corresponde à atividade digital do autor. No período de 1º de janeiro a 19 de maio de 2022 (139 dias)⁷, todas as postagens publicadas na página de Franklin Ferreira foram lidas integralmente. O período corresponde ao início do ano em que ocorreriam eleições majoritárias em que Bolsonaro tentaria a reeleição em um contexto de polarização política ainda mais intensa que a de 2018, o que o torna especialmente revelador da articulação entre discurso teológico e posicionamento político. A partir dessa leitura exhaustiva, das 164 pos-

⁷ Além do corpus principal (postagens de 2022), foram examinadas postagens de 2021 com os seguintes objetivos metodológicos: (a) demonstrar a continuidade do discurso político de Ferreira antes do período eleitoral de 2022; (b) ilustrar, com exemplos concretos, as categorias analíticas já identificadas no corpus principal. O critério de seleção foi a presença explícita de referência a pelo menos uma das quatro linhas de força do discurso conservador (Almeida, 2019). Essas postagens não compõem o corpus sistemático de análise (não foram submetidas à codificação quantitativa nem utilizadas para cálculo de frequências), mas serviram como evidência qualitativa complementar da consistência do ativismo digital de Ferreira. O ano de 2021 foi escolhido por ser um período de alta polarização política em torno da pandemia de Covid-19, das medidas sanitárias e das críticas ao Supremo Tribunal Federal brasileiro, oferecendo um contexto relevante para verificação da continuidade discursiva do ator político estudado.

tagens sociopolíticas analisadas no período (média de 1,17 por dia), a codificação temática indicou que a linha de força predominante foi a do liberalismo político e econômico, presente de forma transversal em múltiplas subtemáticas (crítica ao intervencionismo estatal, defesa das liberdades individuais, antipetismo). Referências a partidos ou candidatos específicos constituíram ocorrências pontuais, identificadas na leitura exaustiva como numericamente inferiores às postagens operadas por categorias teológicas - soberania das esferas, cosmovisão cristã, mandato cultural -, distinção que emergiu da análise qualitativa por saturação temática e não de contagem frequencial sistemática. Essa observação é, portanto, de natureza interpretativa e fundamentada na codificação descrita, não em frequências absolutas⁸.

O critério operacional de inclusão na análise foi a presença explícita nas postagens de referência a: governo, Estado ou agentes políticos; políticas públicas ou legislação; ideologias, partidos ou campos políticos; questões morais de debate público (família, sexualidade, educação, aborto); ou crítica a atores, movimentos ou instituições da esfera pública. Para ilustrar a codificação: uma postagem compartilhando texto de apoio ao livre mercado e crítica à intervenção estatal foi classificada na linha de força “economicamente liberal”; uma postagem com vídeo criticando a educação “dominada pela esquerda” foi classificada como “socialmente intolerante” e “moralmente reguladora” simultaneamente; uma postagem sobre criminalidade e punição do Estado foi classificada como “securitariamente punitiva”. A codificação foi realizada pelo próprio pesquisador, por meio de leitura integral e anotação em planilha de registro, sem uso de software especializado — opção metodológica coerente com uma abordagem interpretativa qualitativa que privilegia a saturação temática em detrimento da quantificação⁹.

Foram também examinados vídeos publicados no YouTube nos quais Ferreira expõe sua teologia política de forma sistemática. A seleção deu-se por dois critérios: (a) conteúdo explicitamente centrado na relação entre fé cristã, política e esfera pública; (b) participação de Ferreira como expositor principal. Com base

⁸ A classificação temática por linha de força foi realizada em leitura exaustiva das 164 postagens. A distinção 'predominante/pontual' expressa no texto reflete o julgamento interpretativo do pesquisador ao final da codificação qualitativa, coerente com a saturação temática atingida em cada categoria, e não equivale a uma distribuição percentual calculada.

⁹ Diferentemente de uma análise de conteúdo quantitativa, este estudo adotou abordagem qualitativa baseada em saturação temática (Kozinets, 2014). Não foram extraídas frequências numéricas das categorias teológicas no corpus de 164 postagens. As categorias — soberania das esferas, cosmovisão cristã, mandato cultural, graça comum, guerra cultural — foram identificadas por leitura exaustiva e são ilustradas com exemplos ao longo da tese (Kitagawa, 2022).

nesses critérios, foram selecionados e analisados integralmente quatro vídeos: (1) "Cristianismo e Política" — entrevista com Wilson Porte Jr. no 10º Congresso de Teologia Vida Nova (publicado em 27/04/2016, com 28.403 visualizações em 31/05/2022); (2) "O Ensino das Escrituras sobre a relação do cristão com a política e o Estado" — parte 1 (publicado em 15/09/2021 no canal de Ferreira, com 3.758 visualizações em 03/06/2022); (3) "O Ensino das Escrituras sobre a relação do cristão com a política e o Estado" — parte 2 (publicado em 22/09/2021, com 2.033 visualizações em 03/06/2022); (4) "O Ensino das Escrituras sobre a relação do cristão com a política e o Estado" — parte 3 (publicado em 29/09/2021, com 1.727 visualizações em 03/06/2022). Além desses, foi analisado o vídeo introdutório ao curso online "A Política, o Estado e a Igreja", disponível na plataforma do Burke Instituto Conservador, no qual Ferreira apresenta os fundamentos da soberania das esferas e do mandato cultural aplicados à vida pública. Os demais vídeos disponíveis no canal foram examinados quanto ao título e descrição, mas não integraram o corpus de análise aprofundada por não atenderem ao critério de foco explícito na teologia política.

Foram também analisados os artigos publicados por Franklin Ferreira na seção "Vozes" do jornal digital *Gazeta do Povo* entre 12/04/2021 e 30/05/2022, perfazendo 19 textos analisados em profundidade, selecionados a partir da leitura integral de toda a produção do autor no veículo no período. O jornal é de origem paranaense e, ao longo da década de 2010, redirecionou seu modelo editorial para uma plataforma predominantemente online, adotando perfil de orientação conservadora e tornando-se um dos principais espaços de circulação desse tipo de conteúdo na imprensa digital brasileira. Os artigos foram organizados em cinco grupos temáticos, conforme as ideias-chave identificadas na análise: (1) preocupações com a saúde da Igreja brasileira — artigos de cunho predominantemente eclesialístico e teológico, nos quais Ferreira dirige-se a um público evangélico, discutindo temas como centralidade de Cristo, Reforma Protestante e espiritualidade reformada; (2) defesa do liberalismo — textos nos quais o individualismo liberal é preconizado em contraposição à regulação estatal, incluindo críticas ao STF, à obrigatoriedade de vacinas e à "ideologia de gênero"; (3) posicionamento sionista — artigos dedicados ao povo judeu, ao antissemitismo e à centralidade de Israel na "História da Redenção", com recorrente associação do nazismo à esquerda; (4) preocupações morais — textos sobre sexualidade, aborto e família à luz da doutrina cristã ortodoxa; (5) crítica ao esquerdismo — artigos nos quais a esquerda é caracterizada como força de subversão moral e religiosa, incluindo crítica aos chamados "cristãos progressistas" e ao "jornalismo militante".

Embora o presente artigo seja submetido em 2026, o corpus de análise remonta ao período de janeiro a maio de 2022. A opção por manter o recorte temporal original decorre de três razões articuladas: (a) o corpus foi coletado e analisado de forma sistemática no contexto de pesquisa de doutoramento, e sua integridade analítica não pode ser retroativamente ampliada sem comprometer a coerência metodológica da análise original; (b) os mecanismos discursivos, quer seja o uso de categorias teológicas para intervenção pública, articulação institucional transdenominacional, hibridização de gêneros discursivos, são de natureza estrutural e não conjuntural, dizendo respeito à forma como a tradição neocalvinista produz legitimidade, e não ao conteúdo específico de um contexto eleitoral passageiro; (c) os dados disponíveis de 2026 indicam crescimento contínuo da audiência digital de Ferreira (de 166 mil para 170 mil seguidores no Facebook; de 138 mil para 190 mil no Instagram entre 2022 e março de 2026), sugerindo persistência da atuação, ainda que a natureza dessa atuação pós-2022 não tenha sido objeto de análise sistemática neste estudo. Reconhece-se, portanto, que pesquisas futuras deverão verificar se os padrões discursivos identificados persistem, se transformam ou se radicalizam no campo neocalvinista após o ciclo eleitoral de 2022 e no contexto do governo subsequente, incluindo o novo ciclo eleitoral de 2026.

O segundo conjunto de fontes refere-se à produção bibliográfica do autor, com atenção particular ao livro *Contra a Idolatria do Estado* (Ferreira, 2016), publicado pela Editora Vida Nova no início de 2016, que foi submetido a leitura integral com análise temática sistemática. A obra, dividida em quatro partes e oito capítulos — sete deles oriundos de artigos revisados e ampliados, publicados originalmente nas revistas teológicas *Teologia Brasileira* e *Fides Reformata* —, constitui a principal fonte primária da teologia política de Ferreira em formato sistematizado. A análise orientou-se pela identificação das categorias teológicas centrais mobilizadas pelo autor — soberania das esferas, mandato cultural, graça comum e crítica ao Estado —, rastreando sua ocorrência, desenvolvimento argumentativo e articulação ao longo dos capítulos. Atenção especial foi dada às passagens em que Ferreira explicita a relação entre pressupostos teológicos reformados e posicionamentos políticos concretos, bem como àquelas em que mobiliza referências históricas para sustentar sua leitura do conservadorismo como herança da tradição cristã ocidental. A análise identificou ainda a tensão constitutiva da obra: embora o autor declare como fio condutor o repúdio ao totalitarismo em sentido amplo, a argumentação do livro orienta-se de forma consistente contra o socialismo e a esquerda, associando-os ao nazismo — o que revelou, já na fonte bibliográfica, o mesmo padrão discursivo identificado nas postagens do Facebook e nos artigos da *Gazeta do Povo*.

O terceiro eixo consiste no mapeamento das redes institucionais associadas ao autor. Foram examinadas suas conexões com quatro organizações que atuam em diferentes frentes do conservadorismo cristão: (a) a Coalizão pelo Evangelho – seção brasileira da *The Gospel Coalition* norte-americana, é uma fraternidade interdenominacional de igrejas reformadas que promove artigos, cursos e eventos para difundir a cosmovisão calvinista no meio evangélico; (b) o Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR) – *think tank* fundado em 2018 por juristas católicos e protestantes, que produz pareceres, organiza jornadas e atua na defesa da liberdade religiosa sob a perspectiva da "laicidade colaborativa"; (c) a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE) – fundada em 2012, reúne operadores do direito evangélicos para litigar e fazer *lobby* em defesa de pautas morais e da liberdade religiosa; (d) o Burke Instituto Conservador – plataforma de cursos online que visa formar lideranças nos valores da tradição judaico-cristã e do conservadorismo clássico. Essas organizações operam como espaços de produção intelectual e mobilização política nos quais argumentos de matriz cristã são mobilizados para intervir em debates jurídicos, culturais e institucionais, formando uma rede de sociabilidade na qual Ferreira atua como elo, ora mais forte, ora mais tênue, entre iniciativas conservadoras na esfera pública (Kitagawa, 2022).

A combinação desses três níveis analíticos — discurso digital, produção bibliográfica e redes institucionais — permite construir uma abordagem triangulada, capaz de captar simultaneamente a dimensão intelectual, comunicacional e organizacional da atuação do pastor Franklin Ferreira. Ao adotar o estudo de caso como lente analítica, não houve pretensão de generalizar diretamente seus resultados para todo o campo evangélico brasileiro, mas identificar mecanismos discursivos e institucionais que explicam como a teologia reformada contemporânea tem sido mobilizada para produzir legitimidade intelectual para determinadas posições conservadoras na esfera pública.

Por tratar-se de estudo qualitativo de caso centrado em produção discursiva digital e documental, o artigo não pretende oferecer generalizações estatísticas sobre o protestantismo reformado brasileiro contemporâneo. O corpus analisado permite identificar padrões discursivos, estratégias de legitimação e formas de articulação pública observáveis no caso estudado, mas não autoriza inferências totalizantes acerca do conjunto do campo evangélico reformado. Além disso, a pesquisa concentra-se na produção discursiva dos agentes analisados, não abrangendo estudos de recepção, impacto eleitoral ou mensuração objetiva de influência pública.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: RELIGIÃO PÚBLICA, ESFERA PÚBLICA E AFINIDADE ELETIVA

A análise do caso examinado articula três eixos teóricos principais. O primeiro é o conceito de religião pública, formulado por José Casanova (1994), que permite nomear e compreender a reentrada de tradições religiosas na esfera pública em contextos de modernidade tardia. O segundo é o modelo de controvérsias na esfera pública, desenvolvido por Paula Montero (2012) a partir de uma releitura crítica do paradigma habermasiano, que oferece uma chave interpretativa para analisar como discursos religiosos produzem legitimidade em arenas pluralistas. O terceiro é o conceito weberiano de afinidade eletiva, tal como reelaborado por Michael Löwy (2011), que permite compreender as relações de atração recíproca entre a teologia neocalvinista e o conservadorismo político. A articulação entre essas três matrizes analíticas, complementada pela doutrina kuyperiana da soberania das esferas, que constitui o núcleo teológico do próprio objeto analisado (Vianna, 2010), fornece o quadro conceitual necessário para interpretar a atuação pública do neocalvinismo brasileiro contemporâneo.

O ponto de partida é a crítica ao paradigma clássico da secularização. Segundo Casanova (1994), esse paradigma foi interpretado principalmente de três formas: como declínio da influência da religião na sociedade; como confinamento da religião ao âmbito privado; e como processo de diferenciação funcional entre as esferas secular e religiosa. São justamente esses modelos — em especial o segundo — contra os quais reagem os evangélicos neocalvinistas aqui analisados. Ao propugnar pelo engajamento cristão em todas as dimensões da vida pública, o neocalvinismo recusa a premissa da privatização religiosa e reivindica para a fé um papel normativo na organização da vida social. É o conceito casanoviano de religião pública que permite nomear esse fenômeno com precisão analítica: trata-se de uma tradição religiosa que volta a ocupar ativamente a esfera pública, não por meio da imposição institucional, mas pela produção e circulação de discursos, valores e cosmovisões (Casanova, 1994; Casanova, 2006).

O núcleo teológico que sustenta essa postura é a doutrina kuyperiana da soberania das esferas (Vianna, 2010; Ramlow, 2012). Contra modelos que subordinam todas as instituições sociais ao Estado ou que propõem a fusão entre igreja e poder político, Abraham Kuyper propôs que a sociedade é composta por esferas de autoridade relativamente autônomas (família, igreja, educação, economia, ciência, política), cada qual com princípios normativos próprios, mas todas igualmente submetidas à soberania divina. Na formulação que se tornaria a divisa do

movimento neocalvinista: “na extensão total da vida humana não há nenhum centímetro acerca do qual Cristo, que é o único soberano, não declare: isto é meu!” (Kuyper, 2003, p. 32). Essa formulação rompe com dualismos que separam rigidamente o religioso do secular e legitima a presença cristã ativa em todas as arenas públicas, não como imposição teocrática, mas como influência cultural e intelectual progressiva (Ferreira, 2016). É esse fundamento teológico que os neocalvinistas brasileiros, na expressão representada por Ferreira, mobilizam para justificar seu engajamento político, jurídico e cultural.

Contudo, a presença de argumentos religiosos em sociedades pluralistas coloca um problema adicional: o da inteligibilidade e legitimidade pública desses discursos. É aqui que se torna relevante a contribuição de Paula Montero (2012, p. 177), que propõe repensar a relação entre religião e esfera pública a partir das práticas discursivas dos atores, com ênfase no modo como interagem em controvérsias específicas. Para Montero, a esfera pública deve ser compreendida como um conjunto de configurações de visibilidade construídas por meio de controvérsias públicas, nas quais a legitimidade não é inerente ao agente, mas resulta de processos discursivos historicamente determinados. Nessa perspectiva, o que importa analisar não é se o argumento tem origem religiosa ou secular, mas como os atores aprendem a gramática e a semântica da cultura pública particular em que atuam e como traduzem seus conteúdos para circular nessa arena (Montero, 2012, 2018).

Essa dinâmica de tradução é iluminada pela noção habermasiana de tradução cooperativa de conteúdos religiosos (Habermas, 2013, p. 15). Segundo Habermas, cidadãos religiosos que desejam obter o consentimento das maiorias precisam traduzir suas convicções para uma linguagem secular, reconhecendo que os limites entre argumentos seculares e religiosos são intrinsecamente fluidos e que seu estabelecimento constitui uma tarefa cooperativa entre os próprios interlocutores (Habermas, 2014). Os neocalvinistas brasileiros, como se verá na análise do caso, adotam conscientemente esse procedimento: referências bíblicas e doutrinárias são frequentemente reapresentadas sob a forma de princípios como liberdade individual, limites do poder estatal ou responsabilidade cívica. Os conteúdos religiosos, então, são reorganizados em gramática discursiva capaz de circular em ambientes jurídicos, políticos e acadêmicos.

Por fim, para compreender por que esse discurso encontra receptividade para além dos círculos estritamente religiosos, recorre-se ao conceito weberiano de afinidade eletiva, tal como interpretado por Löwy (2011, p. 139). Trata-se do processo pelo qual duas formas culturais, quer sejam religiosas, intelectuais, políticas

ou econômicas, entram, a partir de analogias significativas e afinidades de sentido, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo. Aplicado ao caso em análise, o conceito permite compreender que a relação entre neocalvinismo e conservadorismo não é de determinação unilateral, mas de afinidade estrutural: há entre eles certas consonâncias doutrinárias e existenciais que tornam seus discursos mutuamente reforçadores, sem que isso implique fusão ou identidade entre os campos religioso e político (Weber, 2003).

A articulação desses referenciais fornece um quadro analítico que não reduz o neocalvinismo a mero instrumento ideológico, nem o isola como fenômeno estritamente teológico. Para tornar explícita a função de cada referencial neste artigo: Casanova (1994) é mobilizado para descrever e nomear o fenômeno da reentrada pública do neocalvinismo (o “quê” do fenômeno); Montero (2012, 2018) é acionado para analisar a dinâmica discursiva das controvérsias na esfera pública, com ênfase nos processos pelos quais os atores religiosos adquirem legitimidade em arenas pluralistas (o “como”); e Löwy (2011), a partir de Weber, permite explicar a atração estrutural entre neocalvinismo e conservadorismo político (o “porquê” da afinidade). A doutrina kuyperiana da soberania das esferas é tratada, por sua vez, como recurso nativo do objeto analisado — isto é, como a linguagem teológica que os próprios atores mobilizam para justificar sua atuação pública —, e não como ferramenta analítica externa. Habermas (2013) é incorporado de forma subsidiária, como horizonte normativo contra o qual o caso empírico é cotejado, revelando as tensões e assimetrias que o modelo pós-secular não consegue capturar inteiramente. Entende-se, neste artigo, midiatização como o processo pelo qual a lógica das mídias — formatos, velocidade de circulação, lógica de algoritmos e visibilidade — reconfigura as práticas religiosas e as próprias formas de produção de autoridade (Cunha, 2019b), transformando o “púlpito” em plataforma e a pregação em ativismo digital. Esse quadro articulado permite interpretar o discurso público de Franklin Ferreira como expressão de uma religião pública midiatizada (Casanova, 1994; Cunha, 2019a): uma tradição teológica que mobiliza a doutrina kuyperiana para justificar o engajamento cultural, opera a tradução cooperativa de seus conteúdos para conquistar legitimidade discursiva em arenas pluralistas, e estabelece afinidades eletivas com o conservadorismo político que ampliam seu alcance para além das fronteiras do campo evangélico.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise do corpus empírico, composto por postagens em redes sociais, artigos em jornal digital, vídeos e entrevistas no YouTube, conteúdo de curso online e produção bibliográfica (o livro *Contra a Idolatria do Estado*), permitiu identificar três dinâmicas centrais que caracterizam a atuação pública de Franklin Ferreira no interior do ecossistema neocalvinista brasileiro e que, nos limites do presente estudo de caso, permitem identificar mecanismos provavelmente mais amplos nesse campo, cuja generalização requer investigação futura. Essas dinâmicas dizem respeito à reconfiguração das formas de autoridade religiosa no ambiente digital, à intelectualização do conservadorismo evangélico por meio de categorias teológicas sistemáticas e à operação da teologia reformada como instrumento de diagnóstico e intervenção na esfera pública.

A RECONFIGURAÇÃO DA AUTORIDADE: DO PÚLPITO AO ATIVISMO DIGITAL

Um dos resultados mais evidentes da análise diz respeito à transformação das formas tradicionais de autoridade pastoral no contexto das mídias digitais (Cunha, 2019a). No protestantismo histórico, a legitimidade do pastor está fortemente vinculada a estruturas institucionais relativamente estáveis: ordenação denominacional, formação teológica e liderança congregacional. A autoridade religiosa é exercida predominantemente no espaço do púlpito local, dirigido a uma comunidade eclesial específica. Franklin Ferreira não destoa desse perfil institucional, porque é pastor, teólogo e professor, possui formação em seminário teológico e atuação em organismos denominacionais. Porém, a análise revela que sua atuação ultrapassa significativamente esses limites.

Sua página no Facebook foi criada em fevereiro de 2015, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, a presidente de esquerda que sofreria o impeachment no ano seguinte. Conforme demonstrado na pesquisa, a criação da página foi influenciada pelo contexto de polarização que se agravava na ocasião. A página acumulou mais de 160 mil seguidores e consta, na própria ferramenta de transparência da plataforma, como uma página que veiculou “anúncios sobre temas sociais, eleições ou política”. Esse dado, por si só, é revelador: a atuação digital de Ferreira não se confunde com a simples transposição do ministério pastoral para o ambiente virtual. Trata-se de uma forma de atuação político-digital sistemática, por meio do qual conceitos teológicos são sistematicamente mobilizados para intervir nas controvérsias da esfera pública.

Esse deslocamento produz uma transformação na própria natureza da autoridade religiosa (Hervieu-Léger, 2015). O reconhecimento do líder não deriva exclusivamente de sua posição institucional, mas também de sua capacidade de produzir conteúdo, interpretar acontecimentos e mobilizar audiência no ambiente digital. Importa sublinhar, contudo, que a análise das postagens revela uma diferença relevante em relação ao que comumente se associa à figura do “influenciador digital”: o *ethos* de Ferreira é deliberadamente construído sobre o registro da sobriedade intelectual. Diferentemente do estereótipo do pastor evangélico presente no imaginário de senso comum e caricaturado pela gesticulação intensa e pela *performance* retórica emocional, Ferreira projeta uma imagem de fala calma, articulada e polida, com relação direta com o próprio *ethos* calvinista descrito por Weber (Weber, 2003): ponderação, sobriedade, domínio próprio. O que não exclui, especialmente na escrita, o uso frequente da ironia e da acidez como recursos retóricos.

Essa caracterização não é meramente impressionística: a análise comparativa dos vídeos examinados no corpus evidencia fala pausada, ausência de gesticulação intensa e registro deliberadamente intelectualizado em contraste documentado com líderes pentecostais do mesmo campo político, como Silas Malafaia, cujo discurso a literatura especializada caracteriza pela intensidade retórica e pelo uso do sarcasmo agressivo (Storto & Zanardi, 2019). O uso da ironia, por sua vez, é verificável em postagens escritas, como por exemplo: a legenda “*Globo sendo Globo*”, sem comentário adicional, pressupõe um repertório compartilhado com o leitor sobre o suposto viés da emissora de televisão brasileira, operando por alusão, não por assertiva direta. De forma análoga, a postagem intitulada “*Biden é um perigo para o mundo*” apresenta uma argumentação estruturada em categorias geopolíticas, não em retórica religiosa, o que ilustra a hibridização de gêneros discursivos identificada na análise.

A análise das postagens indica ainda uma crescente hibridização de gêneros discursivos (Cunha, 2019a; Montero, 2012). O comentário teológico incorpora elementos do comentário político; textos de aparência jornalística recorrem a procedimentos exegeticos; passagens bíblicas são mobilizadas para fundamentar interpretações sobre acontecimentos contemporâneos. Nesse contexto, o chamado “púlpito digital” torna-se espaço privilegiado de produção de interpretações religiosas sobre a realidade sociopolítica, e a autoridade pastoral passa a operar não apenas na orientação espiritual de fiéis, mas na mediação entre teologia e análise pública da sociedade. Trata-se, portanto, de uma forma híbrida de autoridade que combina legitimidade pastoral tradicional com as dinâmicas do ativismo digital e com a imagem pública do intelectual.

A INTELLECTUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO

Um segundo eixo identificado na pesquisa refere-se ao papel do neocalvinismo na intelectualização do conservadorismo evangélico (Burity, 2018; Camurça, 2020). A análise do livro *Contra a Idolatria do Estado*, publicado em 2016 no contexto do *impeachment* de Dilma Rousseff, e dos artigos publicados por Ferreira na *Gazeta do Povo*, permite observar com nitidez o funcionamento desse mecanismo.

A tradição reformada mobilizada por Ferreira oferece um conjunto de categorias teológicas que permite reinterpretar debates políticos contemporâneos em termos doutrinários sistemáticos. Entre essas categorias destacam-se conceitos como mandato cultural, graça comum e cosmovisão cristã (Vianna, 2010; Ferreira, 2016). O mandato cultural deriva da interpretação reformada do relato da criação em Gênesis e sustenta que a humanidade recebeu de Deus a responsabilidade de desenvolver e organizar a cultura. A noção de graça comum refere-se à ideia de que Deus concede certos bens morais e intelectuais a toda a humanidade, permitindo formas de ordem e justiça mesmo em sociedades não explicitamente cristãs, concepção que, na prática discursiva de Ferreira, serve para legitimar a “cobeligerância”, isto é, a ação conjunta de cristãos de diferentes tradições, e mesmo com não cristãos, em causas conservadoras comuns.

Na prática discursiva analisada, esses conceitos funcionam como dispositivos de legitimação teológica para posições normativas no campo político (Ferreira, 2016, pp. 44–45). Debates relacionados à liberdade individual, ao papel do Estado, à segurança pública ou a políticas relacionadas à sexualidade e gênero são enquadrados como desdobramentos lógicos de princípios teológicos mais amplos. É assim que Ferreira, em seus artigos e vídeos, tende a apresentar o liberalismo econômico e a crítica ao intervencionismo estatal não como opções ideológicas, mas como consequências da doutrina kuyperiana da soberania das esferas: o Estado, na teologia política neocalvinista, é servo de Deus para trazer ordem, mas não tem legitimidade para invadir as demais esferas (família, educação, economia, religião) que são independentes e prestam contas diretamente a Deus.

Esse procedimento possui efeitos retóricos relevantes (Montero, 2012). Ao apresentar posições políticas como decorrências de uma estrutura conceitual sistemática, o discurso de Ferreira afasta-se do estereótipo de irracionalidade frequentemente associado ao fundamentalismo religioso. Na atuação de Ferreira, o conservadorismo evangélico é apresentado não como mera reação moralista ao avanço progressista, mas como posição intelectualmente fundamentada, sustentada

por tradição filosófica e teológica consistente. Desse modo, a teologia reformada opera, nos materiais examinados, como “armadura intelectual” para o conservadorismo religioso, fornecendo vocabulário técnico, referências históricas e estruturas argumentativas que permitem que posições normativas sejam articuladas em linguagem próxima da filosofia política ou da teoria social (Burity, 2018).

A análise dos artigos da *Gazeta do Povo* confirma essa dinâmica: mesmo em um veículo secular, o discurso de Ferreira mantém caráter explicitamente teológico. O interlocutor primário não é o cidadão secular, mas o fiel evangélico escolarizado. O neocalvinismo, nesse sentido, produz legitimidade primariamente interna ao campo evangélico – e é isso que lhe confere o potencial legitimador específico identificado na pesquisa.

A RELIGIÃO COMO RACIONALIDADE PÚBLICA: DIAGNÓSTICO E DISPUTA CULTURAL

O terceiro resultado da análise refere-se à forma pela qual o discurso neocalvinista redefine o papel da religião no debate público (Casanova, 1994; Montero, 2012), apresentando-a não como experiência privada de fé, mas como sistema de interpretação da realidade capaz de diagnosticar crises civilizacionais e propor orientações normativas para a vida coletiva.

Nas intervenções digitais analisadas, essa concepção aparece articulada de forma especialmente explícita na entrevista veiculada no YouTube intitulada “Cristianismo e Política”, na qual Ferreira e o pastor Wilson Porte discutem a noção de “marxismo cultural” — categoria amplamente mobilizada no discurso conservador contemporâneo como nativa dos próprios atores, e não como conceito analítico da sociologia acadêmica. O argumento central dessa intervenção é que a disputa política contemporânea não se trava primordialmente no campo da política institucional, mas no campo da cultura: trata-se de uma suposta “guerra cultural” em que cosmovisões rivais disputam a definição dos fundamentos normativos da vida em sociedade (Ferreira, 2016). O adversário identificado pelos atores seria o que chamam de “marxismo cultural”, classificação que os protagonistas do vídeo associam em seu discurso à herança gramsciana. O assim denominado “marxismo cultural” é descrito como uma força de subversão sistemática das estruturas que organizam a tradição judaico-cristã: família, Igreja, educação, cultura e política. É significativo que Ferreira, nesse contexto, não use a expressão “marxismo cultural” diretamente em seus textos escritos, preferindo

a expressão “guerra cultural”, o que entendo ser uma preocupação com a circulação de seus argumentos em diferentes audiências e registros discursivos.

Frente a esse diagnóstico, a tradição reformada é apresentada como o repertório normativo capaz de sustentar a estabilidade das instituições sociais ameaçadas (Ferreira, 2016; Vianna, 2010). A cosmovisão cristã não é um sistema de crença entre outros; ela é, na lógica discursiva de Ferreira, *a* cosmovisão, aquela que lê correta e fielmente a realidade.

Essa pretensão de universalidade é operada por meio dos seguintes recursos retóricos: (a) recorrência a pensadores reformados alemães, suíços e escoceses dos séculos XVI e XVII; (b) argumentação de que conceitos hoje associados ao regime democrático liberal (federalismo, governo representativo, divisão de poderes, liberdade de imprensa) teriam sido originalmente formulados por teólogos calvinistas; (c) apresentação da constituição norte-americana como fundada na noção bíblica de pacto e, portanto, como essencialmente presbiteriana em sua origem. Esse recurso argumentativo tem dupla função: apresenta a teologia como sistema equiparável a outras tradições de teoria política e reivindica para a tradição cristã reformada a paternidade de valores já incorporados à cultura ocidental, posicionando o interlocutor secular, ainda que inconscientemente, como devedor dessa tradição.

Essa dinâmica reforça a hipótese central deste artigo: no contexto contemporâneo, o caso analisado sugere que determinadas expressões do neocalvinismo contemporâneo podem operar como mecanismos de tradução entre teologia e discurso público (Habermas, 2013; Montero, 2012), operando simultaneamente em dois registros. No primeiro, dirigido ao público evangélico, ele fornece fundamento doutrinário sistemático para posições conservadoras, conferindo-lhes o peso de uma cosmovisão coerente e não apenas de reações morais circunstanciais. No segundo, dirigido, ao menos retoricamente, ao espaço público mais amplo, ele reformula argumentos teológicos em categorias como liberdade, ordem social e responsabilidade institucional, buscando ampliar a legitimidade pública de determinadas posições conservadoras formuladas em linguagem religiosa. É nessa dupla articulação, interna e externa ao campo, que reside o potencial legitimador específico do neocalvinismo identificado pela pesquisa, e é nela também que se expressa a afinidade eletiva entre a teologia política reformada e o conservadorismo político brasileiro contemporâneo (Löwy, 2011).

DISCUSSÃO: OS LIMITES DO DIÁLOGO PÓS-SECULAR E A QUINTA VIA DE OCUPAÇÃO RELIGIOSA DO ESPAÇO PÚBLICO

A análise desenvolvida nas seções anteriores permite situar o neocalvinismo digital brasileiro dentro de um quadro mais amplo de debates sobre religião e esfera pública em sociedades contemporâneas (Casanova, 1994; Montero, 2012; Burity, 2018). Em particular, o caso analisado, sem invalidar a tipologia proposta por Burity (2020, 2021), indica a necessidade de complementá-la para dar conta de uma forma emergente de presença religiosa no espaço público que não se encaixa inteiramente em nenhuma das quatro modalidades por ele identificadas. O neocalvinismo sugere a necessidade de reconhecer uma quinta forma de presença religiosa na esfera pública brasileira: a disseminação de ideias e valores por meio de redes institucionais articuladas em torno de uma teologia política, conforme já indicado em artigo anterior (Bahia & Kitagawa, 2022).

O MODELO PÓS-SECULAR E SUAS TENSÕES

Na formulação habermasiana (Habermas, 2013, 2014), a persistência da religião nas democracias modernas não representa necessariamente um obstáculo ao debate público racional. Tradições religiosas podem funcionar como reservatórios de intuições morais capazes de renovar o vocabulário normativo das sociedades democráticas. A condição para essa contribuição é o processo de tradução cooperativa: cidadãos religiosos devem apresentar seus argumentos em linguagem publicamente acessível, enquanto cidadãos seculares devem reconhecer a legitimidade das motivações religiosas no espaço público. A fronteira entre os registros secular e religioso, reconhece Habermas, é intrinsecamente fluida e seu estabelecimento constitui uma tarefa cooperativa, não uma demarcação prévia imposta a um dos lados.

À primeira vista, o discurso neocalvinista contemporâneo parece corresponder a esse modelo (Ferreira, 2016). Como demonstrado na análise do caso de Franklin Ferreira, argumentos originalmente formulados em termos teológicos são frequentemente reformulados em categorias politicamente inteligíveis: liberdade individual, limites do poder estatal, ordem social, responsabilidade institucional. Ferreira, inclusive, é explícito sobre essa estratégia: ao comentar a passagem bíblica de Ester, afirma que leis podem ser formuladas de acordo com a cosmovisão cristã “sem, porém, terem de ser necessariamente formuladas pelo uso da linguagem da fé”. Ele orienta uma operação de tradução consciente e deliberada.

Contudo, a análise sugere que esse processo de tradução apresenta limites significativos quando observado à luz das exigências normativas do pluralismo democrático (Montero, 2012). E esses limites não são acidentais; eles são constitutivos da própria tradição teológica mobilizada. Na teologia política neocalvinista, a atuação cristã nas diferentes esferas sociais não é concebida como participação entre outras visões de mundo possíveis em condições simétricas. Na lógica interna dessa tradição a cosmovisão cristã reformada não seria “uma” cosmovisão entre outras, mas a cosmovisão que lê correta e fielmente a realidade (Ferreira, 2016).

Esse ponto é crucial para a discussão (Casanova, 1994; Habermas, 2013). A tradução cooperativa pressupõe, no modelo habermasiano, uma disposição simétrica dos interlocutores para aceitar a perspectiva do outro e reconhecer a legitimidade de convicções distintas. O que a análise do caso Ferreira sugere é a proposição de uma assimetria estrutural: nos materiais examinados, o discurso neocalvinista traduz seus conteúdos para a linguagem secular não como abertura ao pluralismo, mas como meio de ampliar a circulação de uma cosmovisão que permanece, em seus próprios termos, inegociável em seus fundamentos. A tradução, portanto, opera predominantemente de forma estratégica nos casos analisados — diferenciando-se do modelo dialógico habermasiano, que pressupõe abertura genuína à revisão de convicções a partir do encontro com o outro.

ENTRE PARTICIPAÇÃO E DISPUTA HEGEMÔNICA

Essa dinâmica evidencia uma das tensões centrais do debate contemporâneo sobre religião e política (Montero, 2012, 2018; Burity, 2018). A prática observada se aproxima menos de um modelo deliberativo orientado ao consenso pluralista e mais de uma estratégia de disputa por hegemonia normativa no interior da esfera pública. A linguagem da razão pública funciona como meio de ampliação da circulação de argumentos religiosos, mas não como mecanismo de acomodação entre diferentes concepções de bem.

Essa tensão é visível na atuação do Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR), identificado como uma das instituições-chave da rede de Ferreira (Kitagawa, 2022). O Instituto se apresenta publicamente como uma *think tank* dedicada ao diálogo entre direito e religião, comprometida com a liberdade religiosa e com a autonomia em relação a interesses partidários. Contudo, sua missão declarada é “defender a verdade por meio da ciência jurídica” a partir de “uma perspectiva cristã” fundada na “cosmovisão judaico-cristã”. A linguagem é téc-

nico-jurídica; o horizonte normativo é confessional. Quando acusado de que a presença de pastores calvinistas no governo Bolsonaro feriria a laicidade do Estado, o IBDR respondeu que “estado laico não é sinônimo de estado ateu”, mobilizando o próprio conceito de laicidade como instrumento de legitimação da presença religiosa na esfera pública. Não por acaso, essa postura expressa a “laicidade colaborativa”, uma concepção de laicidade que, longe de privatizar a religião, a convoca como parceira legítima e necessária da vida pública (Mariano, 2011; Camurça, 2017).

A parceria inter-religiosa que sustenta o IBDR é, ela própria, reveladora dessa dinâmica. A instituição reúne protestantes calvinistas e católicos ligados ao Opus Dei, grupos que, em outros contextos históricos, se colocam em posição de profunda rivalidade teológica. O que os une não é a convergência doutrinária, mas a afinidade eletiva no campo da cosmovisão conservadora: a defesa da tradição judaico-cristã como fundamento normativo da ordem social ocidental. Trata-se de um caso concreto do mecanismo weberiano identificado por Löwy (2011) em que duas configurações culturais distintas entram em relação de atração recíproca, escolha mútua e reforço mútuo a partir de analogias significativas. No caso em tela, a compreensão compartilhada de que a vocação do crente é viver sua fé na esfera pública, influenciando as estruturas que organizam a vida coletiva.

UMA QUINTA FORMA DE OCUPAÇÃO RELIGIOSA DO ESPAÇO PÚBLICO

Para compreender plenamente o que essa dinâmica representa no campo religioso brasileiro, é necessário retornar à tipologia proposta por Burity (2005, 2018) que identificou quatro formas de ocupação religiosa do espaço público no Brasil: a institucional-hierárquica, exercida pela Igreja Católica; a político-partidária, exercida pelos evangélicos pentecostais; a ecumênico-inter-religiosa, exercida pelos cristãos progressistas em aliança com espíritas e religiões afro-brasileiras; e a da culturalização, protagonizada pelas religiões afro-brasileiras (Burity, 2020). Essa tipologia é analiticamente valiosa, mas revela seus limites diante do caso neocalvinista.

Os evangélicos calvinistas analisados nesta pesquisa não operam primordialmente por nenhuma dessas quatro modalidades (Burity, 2018; Camurça, 2020). Sua ocupação do espaço público não se dá pela via institucional-hierárquica, pois o neocalvinismo é marcadamente transdenominacional e avesso à lógica da representação eclesiástica centralizada. Também não se dá pela via político-partidária *stricto sensu*, pois, como o próprio Franklin Ferreira insiste,

a subordinação do cristão à lógica partidária deve ser rejeitada, criticando explicitamente pastores que “cruzaram a linha entre Igreja e Estado” ao abraçarem a ideologia de um partido. Tampouco se identifica com o ecumenismo progressista ou com a lógica da culturalização.

O que o caso analisado sugere é a emergência de uma possível quinta modalidade de ocupação religiosa do espaço público — ao menos para o caso estudado, e possivelmente para setores do neocalvinismo brasileiro organizados em rede similar —: a ocupação do espaço público pela disseminação de ideias e valores disputados nas controvérsias públicas (Montero, 2012), por meio de uma rede de instituições independentes — a Coalizão pelo Evangelho, o IBDR, a ANAJURE, o Burke Instituto Conservador — ligadas pela presença de atores sociais em comum e por afinidades eletivas (Löwy, 2011) entre seus discursos e a teologia política neocalvinista, que transita por esses diferentes espaços sem constituir sua gramática fundante. Os dados do corpus ilustram essa distinção em relação à via político-partidária: a codificação temática identificou que referências a partidos ou candidatos específicos constituíram ocorrências pontuais, enquanto a predominância recaiu sobre categorias teológicas — soberania das esferas, cosmovisão cristã, mandato cultural — aplicadas ao debate sobre políticas públicas, educação, família e limites do Estado. Essa forma de presença pública é discreta no sentido de que não opera pelas vias mais visíveis da mobilização eleitoral de massas ou da representação corporativa denominacional; ela atua nos bastidores institucionais — na formação jurídica, na produção bibliográfica, na disseminação de cursos e materiais formativos — e, simultaneamente, no ecossistema digital de produção e circulação de conteúdo (Cunha, 2019a; Ferreira, 2016). O ativismo digital de Ferreira no Facebook e na *Gazeta do Povo* é, nesse sentido, a ponta visível de uma estratégia de presença que se desenvolve de forma mais capilar e menos concentrada do que as demais modalidades de ocupação religiosa do espaço público. Para tornar analiticamente mais precisa essa distinção, a lista abaixo contrasta, com base nos dados empíricos do artigo, as cinco modalidades em termos de atores, canais, linguagem predominante e objetivos primários:

- 1) Institucional-hierárquica (Igreja Católica): possui como atores a hierarquia episcopal e como canais as declarações oficiais e mídia institucional; a linguagem é magisterial e pastoral tendo como objetivos a influência sobre legislação moral e manutenção de espaço institucional;
- 2) Político-partidária (pentecostais): seus principais atores são os pastores-parlamentares e seus canais de ação são o parlamento, os palanques

- e a televisão usando linguagem religiosa e populista; seus objetivos principais são a representação eleitoral e aprovação de pautas morais.
- 3) Ecumênico-inter-religiosa (progressistas): as lideranças ecumênicas e ONGs são seus atores; seus canais os organismos multilaterais e a mídia alternativa com linguagem afeita aos direitos humanos e justiça social; visam incidência em políticas de inclusão.
 - 4) Culturalização (religiões afro-brasileiras): seus atores são as lideranças de terreiros e movimentos culturais; seus canais os espaços culturais e redes sociais; em sua linguagem focam a patrimonialização e identidade tendo como objetivos o reconhecimento e proteção contra intolerância;
 - 5) Disseminação de ideias em rede (neocalvinismo): no caso aqui analisado verificou-se como atores pastor-intelectual e juristas-teólogos que têm por principais canais redes sociais, think tanks, cursos online e coluna em jornal digital, usando linguagem teológica racionalizada, jurídico-filosófica e de cosmovisão, buscam como objetivos a formação de quadros, a produção de legitimidade discursiva e a influência institucional capilar.

Para além da distinção negativa em relação às quatro modalidades anteriores, a quinta via pode ser caracterizada positivamente por quatro mecanismos constitutivos, identificados no corpus analisado: (1) dispersão transdenominacional de conceitos teológicos, visto que a cosmovisão reformada circula para além das fronteiras denominacionais, sendo apropriada individualmente por fiéis ligados ou não a igrejas, e por não evangélicos que com ela mantêm afinidades eletivas (Jurity, 2021); (2) uso estratégico de linguagem filosófico-jurídica para conferir aparência de argumento secular a posições fundadas em pressupostos confessionais, o que Jurity (2021) identifica como “uso de linguagem filosófica com o objetivo de legitimar o discurso que possui pressupostos religiosos no universo acadêmico ou político”; (3) formação de quadros por ecossistema institucional; veja-se a articulação de Ferreira que transita entre a Coalizão pelo Evangelho, o IBDR, a ANAJURE e o Burke Instituto Conservador, instituições que constituem espaços de produção intelectual, formação jurídica e habilitação de lideranças que multiplicam o alcance da cosmovisão sem depender de aparato denominacional centralizado; (4) ativismo digital de baixa visibilidade eleitoral e alta capilaridade discursiva, diferentemente do pentecostalismo político, cuja presença no espaço público é marcada pela visibilidade midiática de massa, este modo de presença opera de forma discreta, acumulando influência por sedimentação: publicações bibliográficas, colunas em veículos conservadores, cursos online e postagens sistemáticas nas redes

sociais, sem candidaturas nem palanques. É essa combinação de capilaridade e discrição que a torna analiticamente específica e empiricamente difícil de mensurar pelos instrumentos habituais da ciência política.

Essa comparação, baseada nas evidências do corpus analisado, não pretende ser exaustiva nem fazer generalizações precipitadas para além do caso estudado, mas tornar operacionalizável a distinção proposta como hipótese geradora para pesquisas futuras.

LAICIDADE DISPUTADA E LEGITIMIDADE CONSTRUÍDA

O caso analisado ilumina ainda uma questão mais ampla sobre o contexto brasileiro: a natureza fluida e disputada do conceito de laicidade no país (Mariano, 2011; Camurça, 2017; Oro, 2011). Como demonstrou Mariano (2011), a laicidade à brasileira nunca resultou na exclusão da religião da vida pública, e o conceito de laicidade tem sido instrumentalizado diferentemente pelos atores conforme seus interesses. Os grupos laicos reivindicam que “Brasil é um país laico” para garantir a autonomia pedagógica, científica e jurídico-normativa da esfera pública. Os grupos religiosos conservadores replicam com o “o Brasil é um país laico, mas não ateu”, transformando a laicidade em argumento a favor da presença religiosa institucionalizada no Estado e na produção normativa.

O neocalvinismo opera precisamente nessa disputa pela definição de laicidade, e o faz com um registro argumentativo diferenciado no interior do campo evangélico (Burity, 2018; Camurça, 2017). Ao ancorar sua reivindicação de presença pública não na força numérica dos fiéis, nem na representação corporativa de uma denominação, mas em categorias jurídico-filosóficas como liberdade religiosa, dignidade da pessoa humana e herança judaico-cristã da democracia ocidental, ele apresenta sua intervenção não como pressão de um grupo de interesse religioso, mas como contribuição legítima de uma tradição intelectual à construção do bem comum. Essa operação discursiva é, em si mesma, uma expressão particularmente relevante do que Montero (2012, p. 173) identificou como a capacidade dos atores religiosos de aprender “a gramática e a semântica afeitas ao modo de cada cultura pública particular se organizar”.

Em suma, o ideal habermasiano da tradução cooperativa funciona, no caso analisado, menos como horizonte realizado e mais como gramática discursiva mobilizada: confere plausibilidade secular a um projeto de intervenção pública ancorado em pressupostos confessionais. Isso não significa que essa participação seja

ilegítima, mas que sua análise exige o quadro articulado proposto neste artigo (Casanova, Montero e Löwy), capaz de nomear uma religião pública que mobiliza a tradução secular não como abertura dialógica, mas como recurso discursivo de amplificação de uma cosmovisão teológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou analisar a emergência e a consolidação do neocalvinismo digital como expressão de amplo alcance do conservadorismo evangélico contemporâneo no Brasil (Burity, 2018; Camurça, 2020; Cunha, 2020). A partir do estudo de caso da atuação pública de Franklin Ferreira, tomado não como objeto de estudo biográfico, mas como arquétipo do que a pesquisa denominou “reformador da era digital”, foi possível identificar transformações relevantes nas formas de autoridade religiosa, nas estratégias discursivas do conservadorismo evangélico e nas relações entre teologia e esfera pública. Os resultados, nos limites do estudo de caso, sustentam a hipótese central de que determinadas redes neocalvinistas contemporâneas, na expressão representada por Ferreira e pelas instituições analisadas, podem atuar como mecanismos de produção de legitimidade discursiva para setores do conservadorismo evangélico na esfera pública brasileira, operando pela combinação de racionalização da fé, engajamento cultural sistemático e presença ativa nas plataformas digitais.

Um primeiro resultado importante refere-se à transformação das formas de mediação religiosa na era digital (Cunha, 2019b; Hervieu-Léger, 2015). A transição do púlpito tradicional para as plataformas digitais ampliou significativamente o alcance de lideranças religiosas, permitindo que atores originalmente inseridos em contextos eclesiais específicos se tornassem influenciadores intelectuais com audiências amplas e heterogêneas. No caso analisado, esse processo não implicou a dissolução da autoridade pastoral tradicional, mas sua reconfiguração: a legitimidade institucional derivada da ordenação, da formação teológica e da inserção denominacional é preservada e, simultaneamente, potencializada pela visibilidade e pela circulação de conteúdo no ambiente digital. O resultado é uma forma híbrida de autoridade que combina o *ethos* do pastor-intelectual — sóbrio, articulado, academicamente referenciado — com as dinâmicas de engajamento e alcance próprias das redes sociais. É essa combinação que torna a figura do “reformador da era digital” analiticamente distinta tanto do pastor pentecostal televisivo quanto do intelectual secular: ele opera simultaneamente em registros que, em outras configurações, tendem a se excluir.

Em segundo lugar, a análise evidenciou o papel central do neocalvinismo na intelectualização do conservadorismo evangélico (Burity, 2018; Ferreira, 2016). Ao mobilizar conceitos teológicos sistemáticos (soberania das esferas, mandato cultural, graça comum, cosmovisão cristã) e ao dialogar com tradições filosóficas, jurídicas e políticas, essa corrente oferece a seus adeptos uma estrutura conceitual que permite apresentar posições políticas conservadoras em linguagem dotada de pretensão racional e argumentativa. O resultado é a construção de um discurso que busca simultaneamente afirmar identidade religiosa ortodoxa e reivindicar legitimidade intelectual no debate público, diferenciando-se do estereótipo do fundamentalismo religioso irracionalista sem, contudo, renunciar à pretensão de universalidade normativa que caracteriza a cosmovisão reformada. Essa dupla operação — distinção do estigma pentecostal e reivindicação de respeitabilidade intelectual — é o núcleo do mecanismo de legitimação discursiva identificado no caso analisado.

Em terceiro lugar, o estudo demonstrou que o caso analisado sugere que o neocalvinismo pode operar como dispositivo de mediação entre religião e cultura política (Casanova, 1994; Montero, 2012; Löwy, 2011), não apenas no plano discursivo, mas também no plano institucional. A rede formada pela Coalizão pelo Evangelho, pelo IBDR, pela ANAJURE e pelo Burke Instituto Conservador constitui um ecossistema de produção intelectual e mobilização política no qual atores de diferentes denominações e, em alguns casos, de diferentes tradições religiosas, são articulados por afinidades eletivas com a teologia política neocalvinista, que transita por esses espaços sem constituir sua gramática fundante. Esse ecossistema não opera pela via da representação corporativa denominacional nem pela mobilização eleitoral direta, as quais são estratégias típicas do pentecostalismo político, mas pela disseminação de ideias, pela formação de quadros e pela ocupação sistemática de espaços institucionais nas esferas jurídica, acadêmica e midiática. A pesquisa sugere, nesse sentido, que os evangélicos calvinistas ocupam o espaço público por uma via que, sem invalidar a tipologia consolidada na literatura, demanda ser reconhecida como forma específica de presença religiosa na esfera pública brasileira, distinta das quatro modalidades descritas por Burity (2020, 2021) e caracterizada pela disseminação de ideias e valores por meio de redes institucionais independentes articuladas em torno de uma teologia política.

Os dados analisados sugerem processos de reconfiguração nas relações entre religião e política em um processo que vai além da simples ampliação da presença evangélica nos parlamentos ou nos palanques eleitorais (Camurça, 2020; Cunha, 2020). O caso analisado indica que determinados setores do con-

servadorismo religioso contemporâneo têm se expressado não apenas por meio de retórica moral ou mobilização eleitoral, mas também por meio de projetos intelectuais articulados, sustentados por redes institucionais, produção editorial e intensa presença digital. Nos limites deste estudo, essa reconfiguração parece ter implicações para o debate sobre laicidade no Brasil (Mariano, 2011; Camurça, 2017): ao mobilizar o próprio conceito de laicidade como argumento a favor da presença religiosa institucionalizada no Estado e na produção normativa, a expressão do neocalvinismo analisada contribui, no caso estudado, para deslocar os termos da disputa do debate sobre se a religião deve ou não estar presente na esfera pública para o debate sobre *como e em que condições* essa presença é legítima.

Por fim, os resultados desta pesquisa apontam para uma agenda de investigação ainda em aberto. A análise centrou-se na figura de Franklin Ferreira como arquétipo, o que permitiu aprofundamento analítico, mas requer continuidade de verificação no heterogêneo campo evangélico brasileiro. Pesquisas futuras poderão examinar a recepção desse discurso entre os diferentes públicos que o consomem nas plataformas digitais; mapear com maior precisão as redes transnacionais que conectam o neocalvinismo brasileiro a suas referências internacionais, particularmente norte-americanas e holandesas (Burity, 2020); e investigar as tensões internas ao próprio campo, seja entre os que defendem o engajamento político direto seja entre os que, mesmo dentro da tradição reformada, advogam formas mais restritas de atuação pública. A compreensão mais completa do neocalvinismo digital como fenômeno religioso, cultural e político constitui, portanto, tarefa coletiva que este artigo espera ter contribuído para avançar. Pesquisas comparativas envolvendo outros atores reformados, diferentes tradições evangélicas e estudos de recepção poderão avaliar em que medida os mecanismos identificados neste estudo possuem alcance mais amplo.

Compreender essa dinâmica torna-se, portanto, fundamental para qualquer análise mais ampla sobre os rumos da democracia brasileira e sobre o papel da religião na esfera pública contemporânea (Casanova, 1994; Mariano, 2011; Burity, 2018). O caso analisado sugere que determinadas expressões do neocalvinismo digital articulam sistematicamente teologia, cultura e política em um mesmo horizonte interpretativo, valendo-se da mediação não como mero suporte técnico, mas como arena constitutiva de novas formas de autoridade religiosa e de produção de legitimidade discursiva. A forma como essa articulação evoluirá nas próximas décadas constitui uma questão aberta, cujas implicações ultrapassam o campo religioso e alcançam diretamente o debate sobre pluralismo,

legitimidade democrática e disputa de valores na sociedade brasileira, debate que, como a história recente demonstra, não pode mais ser compreendido sem considerar a gramática teológica que constantemente seus atores mobilizam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, F. C. (2011). O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS*, 3(8), 9–30.
- Almeida, R. de. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, 38(1), 185–213.
- Amaral, A., Natal, G., & Viana, L. (2008). Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *Sessões do Imaginário*, 13(20), 34–40.
- Bahia, J., & Kitagawa, S. T. L. (2022). Conservadorismo religioso na política brasileira: A discreta presença da teologia política calvinista na esfera pública. *Revista del CESLA. International Latin American Studies Review*, (29), 243–266. <https://doi.org/10.36551/2081-1160.2022.29.243-266>
- Bavinck, H. (2006). *Reformed Dogmatics: Prolegomena (Vol. 1)*. Baker Academic.
- Berger, P. (2017). *Os múltiplos altares da Modernidade*. Vozes.
- Burity, J. (2005). Religião e República: desafios do pluralismo democrático. *Caderno de Estudos Sociais*, 21(1-2), 23–42.
- Burity, J. (2018). A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In R. Almeida & R. Toniol (Eds.), *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais* (pp. 15–66). Editora da Unicamp.
- Burity, J. (2020). ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura postimpeachment en Brasil. *Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião*, 22, 1-24.
- Burity, J. (2021). El pueblo evangélico: Construcción hegemónica, disputas minoritarias y reacción conservadora. *Encartes*, 3, 1-35. <https://doi.org/10.29340/en.v3n6.158>
- Camurça, M. A. (2017). A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arenas de controvérsias. *Horizonte*, 15(47), 855–886.
- Camurça, M. A. (2020). Um poder evangélico no estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, 12(25), 65–84.
- Casanova, J. (1994). *Public religions in the modern world*. The University of Chicago Press.
- Casanova, J. (2006). Rethinking secularization: a global comparative perspective. *The Hedgehog Review*, 8(1-2), 7–22.

- Cunha, M. N. (2019a). *Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital*. Editora Appris.
- Cunha, M. N. (2019b). Os processos de midiaticização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. *Revista FAMECOS*, 26, 1-20.
- Cunha, M. N. (2020). Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. *Fronteiras — Revista de Teologia da Unicap*, 3, 40-65.
- Dooyeweerd, H. (1984). *A New Critique of Theoretical Thought (Vol. 1)*. Paideia Press.
- Ferreira, F. (2016). *Contra a idolatria do Estado*. Vida Nova.
- Gasparetto, P. R. (2009). *Midiaticização da religião: processos midiáticos e a construção de novas comunidades de pertencimento — estudos sobre a recepção da TV Canção Nova* [Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Habermas, J. (2013). *Fé e saber*. Editora UNESP.
- Habermas, J. (2014). *Mudança estrutural da esfera pública*. UNESP.
- Hansen, C. (2009). *Young, Restless, Reformed: A Journalist's Journey with the New Calvinists*. Crossway.
- Hervieu-Léger, D. (2015). *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Vozes.
- Jurity, M. A. de F. (2021). *Neocalvinismo holandês: (re) construindo o itinerário* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas].
- Kitagawa, S. T. L. (2022). *Da porta da Igreja à tela do smartphone: os reformadores da Era Digital* [Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. https://www.ppghsu-erj.pro.br/wp-content/uploads/2023/04/TESE.revisada.site_.pdf
- Kozinets, R. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Penso.
- Kuyper, A. (2003). *Calvinismo: o canal em que se moveu a Reforma do século 16, enriquecendo a vida cultural e espiritual dos povos que o adotaram*. Cultura Cristã.
- Löwy, M. (2011). Sobre o conceito de "afinidade eletiva" em Max Weber. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, 17(2), 129-142.
- Mafra, C. (2001). *Os evangélicos*. Jorge Zahar.
- Mariano, R. (2011). Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas — Revista de Ciências Sociais*, 11(2), 238-258.
- Montero, P. (2012). Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, 32(1), 167-183.
- Montero, P. (2018). Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. *Debates do NER*, (1)(33), 15-39.

- Oro, A. P. (2011). A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. *Civitas — Revista de Ciências Sociais*, 11(2), 221-237.
- Ramlow, R. R. (2012). *O neocalvinismo holandês e o movimento de cosmovisão cristã* [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo].
- Reichow, J. K. (2014). A Filosofia Reformada de Herman Dooyeweerd e suas condições de recepção no contexto brasileiro [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Teologia].
- Storto, L. J., & Zanardi, R. C. (2019). Análise discursiva de "Governo coloca ideologia de gênero no ENEM" do pastor Silas Malafaia: discurso político, da natureza e do ódio. *Linguagem em (Dis)curso*, 19(3), 383–400
- Vianna, D. T. (2010). Introdução ao pensamento reformacional de Herman Dooyeweerd. *Revista Summa Sapientiae*, 3(1), 1-30.
- Weber, M. (2003). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Martin Claret.